



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7023 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

O ESTADO DA ARTE SOBRE A PRESENÇA DE NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS IFES

Paulino Joaquim da Silva Neto - UFPB- MPPGAV – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Edineide Jezine Mesquita Araujo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O ESTADO DA ARTE SOBRE A PRESENÇA DE NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS IFES

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000 são observados importantes avanços na legislação brasileira que tratam do direito à proteção e à dignidade da pessoa com deficiência para o exercício de cidadania. No campo das políticas públicas inclusivas voltadas a educação superior, os avanços perpassam por um conjunto de dispositivos legais que visam a garantia do acesso e a promoção de condições adequadas para a permanência da pessoa com deficiência, dentre elas, destaca-se a Portaria nº 3.284/2003, que considera a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e sensorial, das condições básicas de acesso, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das Instituições de ensino superior; o Decreto nº 5.296/04, que formaliza o Programa de Acessibilidade na educação superior (Incluir, 2005); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); o Decreto nº 7.611/2011, que prevê o apoio técnico e financeiro visando à estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior; e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, nº 13.146/2015).

Conforme dados disponibilizados no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação, relativos aos Censos e Sinopses Estatística da Educação Superior – MEC/Inep (2010-2018), demonstram que o número de pessoas com deficiência que ingressam na educação superior vem aumentando, passando de 19.869 registrados no ano de 2010, para um total de 43.633 no ano de 2018.

Dentre as políticas públicas para a educação superior, especificamente, àquelas voltadas para as pessoas com deficiência nesse nível de ensino, destaca-se o Programa Incluir, criado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECA). No período de 2005 a 2011 o Programa atuou por meio de chamadas públicas, no qual as Instituições de Educação Superior (IES) recebiam apoio financeiro para a implementação de projetos que contemplavam a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, por meio do estímulo a criação, reestruturação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IES, visando garantir a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2005).

A partir de 2012 esta ação foi universalizada para o setor federal, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma política de acessibilidade ampla e articulada. (BRASIL, 2013). Neste sentido, o Ministério da Educação passou a apoiar a partir de 2011 as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por meio do aporte contínuo e sistemático de recursos orçamentário para a implantação e fortalecimento de Núcleos de Acessibilidade, no âmbito do eixo “acesso à educação” do o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Viver sem Limites. (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, o Núcleo de Acessibilidade passou a ser considerado um órgão de caráter multidisciplinar, composto por profissionais responsáveis pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão. Atuando na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição (BRASIL, 2007).

Diante da missão de implementação e de democratização das políticas públicas voltadas ao acesso e permanência do estudante com deficiência na educação superior, questiona-se qual o debate sobre a atuação dos Núcleos de Acessibilidade em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)?

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa bibliográfica acerca da produção do conhecimento acadêmico sobre a presença Núcleos/Comitês de Acessibilidades ou setores de apoio a pessoa com deficiência implantados nas IFES realizou-se nos portais eletrônicos da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações –BDTD/Ibict, ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2020. Foram aplicados os filtros de recorte temporal para o período de 2010-2019 e utilizados os descritores: núcleo de acessibilidade, comitê de acessibilidade, política de inclusão, acesso, permanência, estudante com deficiente, educação superior. Os descritores elegidos foram utilizados para a seleção de trabalhos que tivessem mais proximidade com o objeto de estudo.

Após a seleção dos trabalhos, a partir dos Portais da CAPES/MEC e da BDTD/Ibict, foram realizadas a leitura dos títulos, resumos e nas palavras chaves o que permitiu identificar as produções que tratam especificamente sobre Núcleos/Comitês de Acessibilidade ou setores implantados nas IFES de apoio aos

estudantes com deficiência. Os arquivos desses trabalhos selecionados foram baixados e passaram por uma leitura e análise detalhada, ampliando a compreensão acerca da temática de estudo.

RESULTADOS DA PESQUISA

Na análise das teses e dissertações produzidas e selecionadas que indicam proximidade com a temática que envolve a presença e ações desenvolvidas por núcleos/comitês de acessibilidade ou setores de apoio ao atendimento a estudantes com deficiência nas IFES, resultou na seleção de duas teses de Doutorado e quatro dissertações de Mestrados.

Quadro 1 - Teses e Dissertações publicadas na CAPES/MEC e na BDTD/ IBICT – 2010-2019

Título do trabalho	Autor	Tipo	Instituição/ano de defesa
Do direito à educação: o núcleo de atendimento às Pessoas com necessidades específicas e a inclusão Escolar no IFES	PERINNI, Sanandrea Torezani	Tese	UFES 2017
Ações do Núcleo de Acessibilidade na EAD de uma Instituição de Educação Superior Privada e a satisfação dos estudantes com deficiência	Fantacini, Renata Andrea Fernandes	Tese	UFCar 2017
Inclusão das pessoas com deficiência na universidade: a efetividade do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE)	SILVA, Alessandra Nery Obelar da.	Dissertação	FURG 2014
Núcleos de Acessibilidade e o atendimento a alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro.	SARAIVA, Luzia Livia Oliveira	Dissertação	UFRN 2015
A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN	SOARES, Gilvana Galeno	Dissertação	UFRN 2015
Acesso e Permanência na Educação Superior – Estratégias e ações da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas/DIAF NA UFMS	SANTANA, Leila Lima de Souza.	Dissertação	UFMS 2016

Fonte: CAPES/MEC; BDTD/IBICT. Elaborado pelo Autor a partir dos trabalhos selecionadas

Fantacini (2017) ao analisar a satisfação dos estudantes com deficiência de uma instituição de educação superior privada, buscou avaliar o grau de satisfação dos estudantes com deficiência, além de identificar e apontar caminhos para a superação das barreiras diante dos obstáculos, mediante a utilização da Escala de Satisfação e Atitudes (Guerreiro, 2011). Para a autora, conhecer os níveis de satisfação da população pesquisada se constitui em uma importante ferramenta de gestão do Núcleo de Acessibilidade, voltado à efetivação e garantia da inclusão na educação superior.

Perinni (2017) discute o direito à educação, tendo como objeto o núcleo de atendimento às Pessoas com necessidades específicas e a inclusão Escolar no IFES, a partir da investigação de ações desenvolvidas pelo Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades do Instituto Federal do Espírito Santo-IFES, o estudo apontou a percepção da atuação do Napne dos *Campi* pesquisados, sob três óticas: a dos estudantes que percebem que as ações do Napne têm possibilitado o acesso e a aprendizagem na medida que suas demandas são atendidas; das equipes e dos coordenadores do Napne, que destacam a existência de desafios e as barreiras para a construção do processo de inclusão de estudantes com necessidade educacionais especiais na instituição, tais como a ausência de disponibilidade orçamentária e de recursos humanos específicos para o Napne.

Silva (2014), no trabalho dissertativo investiga e analisa as contribuições das ações vinculadas ao Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, os resultados apontam para a efetividade do NAPNE, mas ainda precisa ser melhorado, e destaca a importância dos estudantes bolsistas com sendo os principais autores da inclusão na universidade.

Soares (2015) com a dissertação intitulada “A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades Educacionais Especiais no IFRN”, objetivou avaliar a realidade em que se encontram os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), implantados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP). O resultado da pesquisa aponta a implementação dos NAPNE como avanços para a materialização das políticas de inclusão no IFRN. No entanto, identificou dificuldades que tem prejudicado o andamento dos NAPNE, tais como redução do número de matrículas de pessoas com deficiência, ausência de estrutura física, recursos humanos e financeiros, dentre outras que se configuram como barreiras à implementação e atuação dos NAPNEs do IFRN.

Santana (2016) tem como objetivo analisar a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAF) enquanto estratégia para garantir o acesso e permanência de estudantes de graduação à Educação Superior na UFMS. Os resultados apontam o DIAF como um instrumento que colabora com a Instituição para efetivar o atendimento das pessoas com deficiência, bem como atender as exigências estabelecidas na legislação nacional, além de ser uma estratégia para garantir o acesso e permanência, contudo, “o acesso somente se consolidará se um conjunto de ações que favorecerem a permanência de modo que garanta o término de seu curso” (SANTANA, 2016. p.129).

Saraiva (2015), analisou os Núcleos de Acessibilidade e o atendimento a

alunos com necessidades educacionais especiais nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro, tendo como *locus* de análise o trabalho desenvolvido por 12 Núcleos de Acessibilidade de universidades federais do nordeste brasileiro para atendimento aos estudantes com NEE. O resultado da pesquisa bibliográfica demonstra que os núcleos de acessibilidade nas universidades pesquisadas do Nordeste vem executando ações que objetivam melhores condições de permanência aos estudantes público-alvo, contudo em algumas dessas universidades essas ações precisam ser ampliadas e/ou consolidadas, a partir da ampliação de recursos financeiros e humanos, formação profissional, sensibilização da comunidade acadêmica, institucionalização e formação de uma rede colaborativa entre os núcleos de acessibilidade em IFES, docentes e discentes. E destaca que a articulação dos núcleos de acessibilidade com os demais segmentos (alunos, docentes, técnicos-acadêmicos e gestores) se constitui fator primordial para a execução das ações voltados aos estudantes com NEE, e que direta ou indiretamente o impacto da atuação desses núcleos revela a necessidade de transformações no âmbito das políticas institucionais (acadêmicas, administrativas e de pessoal).

Ainda, para Saraiva (2015, p.149), valorizar os núcleos de acessibilidade significa garantir a coerência com as políticas públicas, e auxiliar na promoção de uma cultura inclusiva baseada na ética, cidadania e respeito à diversidade e, principalmente, é uma estratégia para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de conceitos e práticas discriminatórias.

CONCLUSÃO

A análise dos estudos selecionados, emergem da perspectiva de trazer para o debate as ações e funções dos Núcleos de Acessibilidade implantados pelas IFES enquanto estratégia para a promoção do acesso e permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior. O estudo relata que o Programa Incluir 2005 e o do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência –Viver sem Limite tem a finalidade de apoiar a implantação, ampliação e o fortalecimento de Núcleos de Acessibilidade nas IFES.

O estudo evidencia a importância dos núcleos de acessibilidade existentes das IFES pesquisadas para materialização das políticas públicas estabelecidas na legislação brasileira, e que contribuem para a promoção do acesso e permanência de estudantes com deficiência na educação superior. Contudo, apesar dos avanços ocorridos, os limites, desafios e barreiras, tais como recursos humanos e financeiros, estrutura física, sensibilização e participação da comunidade acadêmica, tem dificultado a atuação dos núcleos de acessibilidade para a efetivação e consolidação do processo de inclusão social da pessoa com deficiência na educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da Educação Superior. 2018.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf. 2019. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação – 2015 -2019.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 fev. 2020

BRASIL. **Lei no 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação Especial. **Edital nº 3. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** 26 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=813-%20editalincluir-integra-2007-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso: em 20 fev.2020.

BRASIL. **Portaria n. 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 20 jan.2020.

BRASIL. **Programa Incluir.** Documento Orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior Secadi/SESu-2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2020.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes. **Ações do Núcleo de Acessibilidade na EAD de uma Instituição de Educação Superior privada e a Satisfação dos Estudantes com deficiência.** Tese. 192f. UFSCar. São Carlos, 2017.

GOMES, Alfredo Macedo; Leal, Telma Ferraz (orgs.). **Pesquisa em educação nas Regiões Norte e nordeste; balanço e perspectivas.** Ed. UFPE. Recife. 2014.

PERINNI, Sanandrea Torezani. **Do Direito À Educação: O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e a Inclusão Escolar no Ifes.** Tese. 227f. UFES. Vitória. 2017.

SANTANA. Leila Lima de Souza. **Acesso e permanência da Educação Superior – Estratégias e ações da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas/DIAF NA UFMS.** Dissertação. 159f. Campo Grande. 2016.

SARAIVA, Luzia Livia Oliveira. **Núcleos de acessibilidade e atendimento a alunos com necessidades Educacionais Especiais do nordeste brasileiro.** 191f. Dissertação. UFRN. Natal. 2015

SILVA, Alessandra Nery Obelar. **Inclusão das pessoas com deficiência na universidade: a efetividade do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE).** 71f. Dissertação. FURG.Rio Grande. 2014.

SOARES, Gilvana Galeno. **A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN.** Dissertação. 153f. UFRN. Natal. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 7.611** de 17 de novembro 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2020.

[1] Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) foi extinta em 2019, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.